



# Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomél, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomél, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, José Domingues Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Petelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus iniciamos, nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA

com a presença de 50 Srs. Deputados.  
Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** – da Proposição nº 26/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 185/74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender despesas com o funcionamento e manutenção da Colônia de Férias do Balneário Caiobá, da Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** – Encerrada a discussão. – Em votação. – **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** – das Proposições nºs 218/74 e 223/74.  
Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Aguiinaldo Pereira Lima e Leopoldo Jacomél.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomél, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em lamentável acidente de trânsito, do jovem Waldomiro Ferreira de Freitas Filho, ocorrido no dia 6 do corrente, nas proximidades de Paranaguá.

O extinto, membro de conceituada família de Paranaguá, atualmente cursava o 3º ano de Engenharia. Era filho do Professor Waldomiro Ferreira de Freitas e da Dª Ruth F. Freitas, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação nos meios estudantis e na sociedade local onde era bastante relacionado.

Requer outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à Família enlutada, à rua Dr. Locádio nº 323 - Paranaguá.

Sala das Sessões, 08 de abril de 1975.

a) NELSON BUFFARA

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Casa, um voto de congratulações à SOCIEDADE AUXILIAR DE SENHORAS DA 1ª IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE CURITIBA, pela passagem do 60º aniversário de sua organização, em comemoração desde o dia 06 do corrente.

A notável folha de serviços prestados pela comunidade formada de dedicadas damas da sociedade de nossa Capital, tem servido de autêntica inspiração aos que visam a elevação da espiritualidade e o bem estar da população. Atualmente 94 sócias ativas e 42 contribuintes, participam dinamicamente para que sejam atingidos aqueles ideais.

REQUER, ainda, se aprovado este Requerimento, dê-se ciência da decisão à Sra. Ceres Rocha, digníssima Presidente da Organização.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, ouvido o Plenário, REQUER se consigne em Ata um voto de regozijo pela inauguração do Serviço de Telefonia automática em DDD no Município de Dois Vizinhos.

O acontecimento verificado às 14,00 horas de hoje na Sede do Progressista município de Doiz Vizinhos, contou com a presença de Diretores da Telepar, e representantes do Sr. Secretário do Interior do Estado do Paraná.

Requer que do pronunciamento da Casa se dê ciência ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário dos Negócios do Interior e à Diretoria da Telepar.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975

a) IVO THOMAZONI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário e:

- a) considerando que no próximo sábado será inaugurada importante indústria no Município de Cornélio Procopio;
- b) considerando que tal fato se reveste de maior importância e cujos benefícios do mesmo transcende os oriundos do mesmo transcende os limites do município;
- c) considerando ainda que se trata do empreendimento que vem recebendo o apoio e incentivo dos poderes públicos municipais,

REQUER

O registro na Ata dos trabalhos da Casa, de voto de congratulações à Diretoria da Indústria de fios de seda KANEBO SILK DO BRASIL SA. e ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, NELSON KATUME MIYAMOTO, pela inauguração oficial da referida indústria.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a V. Exa. seja enviado Telex ao Exmo. Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, solicitando suas providências no sentido de corrigir as distorções vigentes na Agência do INPS de Telémaco Borba, que estranhamente não patrocina consulta médica e seus contribuintes são obrigados a custeá-las para ter acesso ao direito de internamento.

Contando com uma faraônica sede naquele município, infelizmente, não vem cumprindo com os propósitos que justificam a sua existência disvirtuando os seus objetivos, faltando com a assistência e o atendimento que deve ao volumoso número

de contribuintes, necessário se faz, urgentes medidas, uma vez que nada proporciona de útil aos mesmos.

Outrossim, solicita também que se dê ciência das referidas irregularidades ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) DEL CIEL

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de ofício ao DER, solicitando estudos para construção de ponte sobre o rio das Cinzas, entre Jaboti e Quatiquá.

Atualmente a travessia é efetuada por balsa, ocasionando inúmeros problemas, pois a rodovia, além de servir aos Municípios acima referidos, atenderá também o de Tomazina, particularmente a progressista localidade de Sapé.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa. após ouvido o Plenário, que envie ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando a criação de uma Escola Estadual Técnica de Comércio na cidade de Telémaco Borba, atendendo assim as justas reivindicações dos moradores naquele Município.

Espelhando a esperança do povo Telémaco borbense, que clama por oportunidade no vasto campo educacional, aguardo as providências de V. Exa., visto que aquela comunidade tanto tem contribuído para o progresso e desenvolvimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) DEL CIEL

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao DD. Secretário de Educação e Cultura, pedindo imediatas providências no sentido da criação do Ginásio Estadual do Distrito de São José do Ivaí, vinculado desde sua instalação ao estabelecimento congênere sediado na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Judiciário de São José do Ivaí, se configura no contexto sócio-econômico do Município de Santa Isabel do Ivaí, como o principal esteio de seu desenvolvimento, mercê de sua potencialidade agro-pecuária.

Significativa parcela da população izabelense encontra-se ali firmemente entregue e de braços com a missão de, coesa e irmanada, atender aos reclamos de nossos governantes no que toca ao aumento de nossa produtividade agrícola. A par deste salutar e contagiante entusiasmo que vem se revestindo de um permanente "apenas dar", os habitantes de São José do Ivaí pleiteiam, justificadamente, a oficialização de seu Ginásio Estadual, pois sua dependência ao Ginásio Estadual de Santa Isabel do Ivaí, de há muito tornou-se injustificável. Unimos nossa voz aos apelos de quase quatrocentos alunos esperando que a Secretaria de Educação e Cultura seja o primeiro órgão a estender sua ação àquele importante distrito, neste levantar de cortinas do Governo Jayme Canet Junior.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) VALTER PEITRÂNGELO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja endereçado apelo ao Prefeito e Câmara de Vereadores do Município de Chopinzinho, Pr., no sentido de que seja imediatamente reaberta a Escola Primária, que funcionava a mais de dez anos, na Comunidade de Alto Gramado, em São Francisco, Município de Chopinzinho, onde existem 35 (trinta e cinco) crianças em idade escolar, dando-se ciência também ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para os efeitos do artigo 142, IV, da Lei Orgânica dos Municípios e art. 133 da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

Conforme se depreende pelo incluso abaixo assinado, na Comunidade de Alto Gramado no Distrito de São Francisco, Município de Chopinzinho, Pr., uma escola pública foi fechada por discriminação política, deixando sem educação 35 (trinta e cinco) crianças em idade escolar. Ora, o Estado, art. 133 da Constituição Estadual) é obrigado zelar pela educação, concomitantemente com a unidade municipal (art. 19, II da Lei Orgânica

dos Municípios Paranaenses). Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases fixa textualmente em seu art. 29, a "obrigação dos Municípios, em efetuar, anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade para matrícula na escola primária". A Comunidade de Alto Gramado, tem igual direito (art. 3, II, da Lei 4.024 de 10/12/61), as demais comunidades municipais para ter sua escola primária, mesmo porque, ela já existe e só a medida ilegal do Sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho, é que impede a instrução primária naquela comunidade. Assim, para que não se alegue ignorância e desrespeito flagrante à disposições constitucionais, deve aquela autoridade ser notificada de que se não providenciar o funcionamento da escola primária fechada, poderá ser apresentada representação no Tribunal de Justiça do Estado, para se efetuar intervenção municipal.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Prefeito Donato Gulin saiu, Saul Raiz e o Prefeito. Viva à Prefeitura!

Sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Donato Gulin decretou o aumento dos transportes coletivos em Curitiba. 25% que o Sr. Jayme Lerner não havia dado. 25% que o Sr. Saul Raiz não daria no início de sua gestão. Vejam, portanto, o espírito de sacrifício do Prefeito Donato Gulin: um vereador herói da política moderna, verdadeiro mártir da decência pública, ele decretou os 25% de aumento para os transportes coletivos da Capital para que seu sucessor, o Sr. Saul Raiz, não tivesse no início de sua gestão, que tomar uma atitude antipática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei, perfeitamente, que o Sr. Donato Gulin, Vereador eleito pela ARENA em Curitiba, não tem nada a ver com os transportes coletivos de Curitiba.

Nem ele, nem seu tio, o excelente companheiro da Assembleia Deputado Alfredo Gulin, nada tem a ver com a concessão de transportes coletivos, não participam das empresas que a família Gulin possui em nosso Estado e não precisam, portanto, ter qualquer preocupação quando a possibilidade do ato do PREFEITO DONATO GULIN beneficiar o empresário DONATO GULIN.

Legalmente, Srs. os 25% de aumento dos transportes coletivos que saem do bolso do povo de Curitiba, vão apenas para os concessionários de transportes coletivos.

Legalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Donato Gulin não participa das empresas, não tem parentes nem afins ligados às empresas e não possui nem através de parentes a concessão de serviços de transportes coletivos.

Mas, pergunto eu, tudo o que é legal é justo, tudo que é legal é moral?

E, Srs. a pressa em aumentar o preço dos transportes coletivos, a pressa em dar 25% para as empresas, lembra muito bem que muitas vezes o círculo da moral é esquecido pelos homens públicos que se preocupam em dar aparências legais a seus atos mas esquecem de que o povo enxerga muito mais longe, do que todos os tribunais.

Para o ato do Sr. Donato Gulin, que em má hora chegou à Presidência da Câmara Municipal de Curitiba, e que só assumiu a Prefeitura para assinar um ato a mais de massacre do povo dos bairros de Curitiba, vale lembrar uma frase antológica de Abraham Lincoln: "é possível enganar todo o povo por algum tempo, mas é impossível enganar todo o povo por todos os tempos". - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sexta-feira passada tivemos a oportunidade de promover um encontro na Câmara Municipal de Telêmaco Borba, promissor Município do interior de nosso Estado do Paraná. Presentes a esse encontro membros do Clubes de Serviço daquela comunidade que trouxeram seus reclamos e suas reivindicações.

Durante aquele encontro com o povo de Telêmaco Borba, durante a reunião com as lideranças daquela comunidade, vi desfilar em minha mente o retrato dos homens da ARENA que, comemorando o 119 aniversário da redentora Revolução de 31 de março, desfilaram ante os microfones, e as cadeias de televisão por todo o território nacional.

Sentimos, naquela oportunidade, que a lição dada pelo povo brasileiro, com o resultado do último pleito eleitoral de 15 de novembro, não havia sido captada pelo Partido Governista, que os homens da ARENA lição alguma teriam aprendido e compreendido na resposta dada pelo povo brasileiro. Esqueceram de todos os problemas sociais, de todos os problemas econômicos financeiros, de todos os problemas educacionais que é verificada em todo o território brasileiro.

Esses quadros se formaram em nossa mente, quando vimos que em Telêmaco Borba os reclamos do povo eram os mesmos de todos os municípios paranaenses, justiça social, oportunidade no campo educacional. Reclamavam os trabalhadores a falta de assistência e de capacidade do famoso Instituto de Previdência Social que muito arrecada, mas que, infelizmente, quase nada devolve ao trabalhador brasileiro, e naquele município este mesmo Instituto, não sabemos baseado em que, tem a indignidade de, tomando o dinheiro do trabalhador, negar-se a lhe proporcionar a consulta médica. O trabalhador, em Telêmaco Borba, tem que enfiar a mão no bolso - se possuir o dinheiro - então, ele terá acesso a consulta, consulta que lhe proporcionará acesso ao direito de atendimento médico-hospitalar, e, o homem que não possui recursos para o pagamento desta consulta, de que adiantará a existência do Instituto Nacional de Assistência, em Telêmaco Borba?

Nós proporemos, nesta oportunidade, o encaminhamento de um apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, Ministério criado em maio de 1974, e que deve atuar com grande rapidez interferindo, provocando modificações de estrutura neste organismo que é uma verdadeira vergonha nacional, e ainda, um apelo ao Exmo. Sr. Superintendente do INPS no Paraná, para que tome providências urgentes, no sentido de dar solução a este problema.

A juventude estudiosa daquela terra também já se faz presente, reivindicando oportunidade, apelando para que nós, ho-



mens públicos, de ambos os partidos políticos, desenvolvêsemos um trabalho nesta Casa e junto ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, ao Sr. Governador do Estado do Paraná, clamando pela implantação de cursos de ensino profissionalizantes naquela comunidade.

Assim sendo, Sr. Presidente, damos encaminhamento também a uma reivindicação ao Sr. Secretário de Educação e Cultura no sentido da criação da Escola Estadual Técnica de Comércio para o município de Telêmaco Borba. Quando falo em educação me vem à mente a figura de valorosos Parlamentares desta Casa, que, assumindo esta Tribuna, retrataram com bastante fidelidade o quadro educacional vigente em nosso Estado e em nosso País.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre orador que lhe resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. DEL CIEL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Lembramo-nos então, como dizia Sr. Presidente, e Srs. Deputados, que aplaudimos o MOBRAL que semi-alfabetiza velhos, homens de verdade, do presente, mas quase vivendo também o passado, enquanto que milhares de crianças permanecem abandonadas em todo o território nacional, sem condições de acesso a um banco escolar.

É hora desta Grande Nação, é hora deste grande Estado, despertar para o setor educacional no que se refere ao estudo primário e secundário; vamos cuidar do presente que representa o futuro desta Nação e deste Estado, dando, na verdade, o atendimento aos pais, avós desta atual geração brasileira, que tem sobre os ombros a missão de engrandecer o País. É hora de olhar pelas crianças sem escola, do Paraná e do Brasil, é hora de se fazer justiça social proporcionando aos filhos dos pobres, as mesmas oportunidades que possuem os filhos dos ricos.

Vamos desenvolver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um trabalho modesto mas com grande objetividade, em tudo que se relaciona com a educação no Estado do Paraná, para fazer justiça aos milhares de pequenos paranaenses esparramados pelas fazendas, abandonados e esquecidos pelos nossos governantes, lembro então por esperança e por justiça, que também dependem dos Parlamentares desta Casa Legislativa. O nosso tempo se esgota, e oportunamente, voltaremos à Tribuna para focalizar este quadro negro da educação paranaense e brasileira. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa).

Não estando presente o Deputado Nilso Sguarezi, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, quarto orador inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 13 de abril do corrente, recebi uma carta dos Srs. ou dos locutores do meu município, ou seja, o município de Pitanga, e li, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com bastante atenção, e é por essa razão que tomo a iniciativa de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, para que, sem distinção de partido, sem cores partidárias ou políticas, e juntamente achamos uma solução que venha amenizar, ou para que encontremos uma solução definitiva para os plantadores de algodão do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sábado próximo passado, dirigi-me “in loco” para sentir o sofrimento e a tensão por que passam aqueles plantadores de algodão, e constatando, este Deputado achou por bem trazer ao conhecimento da Casa, para que os Srs. Deputados que participam muito especialmente dos trabalhos da região do Norte Pioneiro, a região do Norte Novo, e a Região do Norte Novíssimo, algo que se planta em grande escala. A minha Região, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é talvez uma daquelas que mais se planta deste produto, e os nossos produtores não acham uma solução para que o seu produto tenha melhor preço no mercado do Estado do Paraná.

Mas tomo a liberdade, Srs. Deputados, de ler a carta diri-

gida por aqueles produtores de Nova Tebas, que diz o seguinte. (Lê):

“Os abaixo assinados, plantadores de algodão de Nova Tebas e Alvorada, representados na pessoa de José Marcelino (Paulista) e os Vereadores Srs. João Aguiar, Otávio Rodrigues da Boa Morte e Benedito Martins (Dito), vem por meio desta solicitar do bom amigo e Deputado, que apele no sentido de melhorar o preço do algodão, que em face do novo custo de vida, mão de obra, sementes, inseticidas, juros bancários etc.

Não é possível um lavrador viver nestas condições, a não ser por seu intermédio, que o Governo tome medidas urgentes.

Hoje o algodão está cotado ao preço de Cr \$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) a arroba, veja o que pode fazer por este povo que tanto luta, a hora é agora.

Cordialmente,  
José Marcelino”.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre orador que falta um minuto para o término de sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Agradeço, e tomo a liberdade, Sr. Presidente, ao finalizar, para ler o Requerimento que pretendo seja dirigido às autoridades competentes, procurando na medida do possível, dar atendimento ao problema.

Queria, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este meu pronunciamento e esta minha breve passagem pela Tribuna neste dia, não seja tomada como crítica a qualquer órgão.

Estou apenas cumprindo o meu dever; estou apenas cumprindo da melhor maneira possível, um mandato que me foi confiado pelo povo. E por isso, sentindo o problema, é que hoje assumo esta responsabilidade de convocar a todos os Srs. Deputados de toda a Região, para juntamente, procurarmos amenizar aqueles lavradores. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Exmos. Srs. Ministro da Agricultura, Secretário da Agricultura de nosso Estado, veemente apelo no sentido de aquelas autoridades, federal e estadual, determinem aos órgãos competentes, providências urgentes, visando dar um justo atendimento aos cotonicultores de nosso Estado, na comercialização e preço do algodão, os quais vem sendo espoliados e abandonados por ocasião da comercialização de seus produtos.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS”

Era só, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, reservado para as comunicações desejo exteriorizar meu contentamento por verificar que o Governo do Estado, através da TELEPAR, integra hoje, na rede de telecomunicações, o progressista município do Sudoeste paranaense, Dois Vizinhos.

Eram precisamente 14 horas, quando em meu Gabinete de trabalho recebi o primeiro telefonema interurbano daquele progressista cidade pelo Sr. Prefeito, no instante da solenidade de inauguração da mais moderna central automática de telefonia em DDD.

A comunicação que faço à Casa é para dizer do contentamento, não somente das autoridades constituídas daquele Município, mas também da população. Segundo as informações que me foram transmitidas naquele telefonema inaugural, o comércio, a indústria, profissionais liberais, o povo, enfim, de Dois Vizinhos, participavam daquele instante de um dos acontecimentos mais marcantes do desenvolvimento daquela comunidade, e seu contentamento se traduzia numa festa popular, que bem diz do

agradecimento de uma população por uma obra que chega ainda em tempo para caracterizar aquele desenvolvimento.

Dizia-me o Prefeito ainda, que aquele Município, criado em 60 e instalado em fins de 61 e que tem, por tanto pouco mais de 14 anos de existência, sede de Comarca, tem em sua rede de ensino, além das centenas de casas escolares, de grupos de primeiro grau, Escolas Normais, Escolas Técnicas de Comércio. É um Município pujante que tem suas agências bancárias e agora o Banco do Brasil lá se instalou, acompanhando o progresso.

As estradas vicinais estão com concorrência aberta para ligar Francisco Beltrão - Dois Vizinhos a Foz do Chopim - Santa Isabel do Oeste - Salto do Lontra - Dois Vizinhos e Dois Vizinhos a São Jorge do Oeste, São João - Chopinzinho, alcançando o asfalto em Pato Branco e Três Pinheiros.

Esse município que, segundo seu Prefeito, é um dos mais populosos do Oeste paranaense, vem em boa hora receber um dos serviços que haverá de contribuir em muito para o seu desenvolvimento.

Desejo, ao apresentar o Requerimento de congratulações, fazer este registro como obrigação de quem representa aquele Município e vê naquela população uma das mais ordeiras e das mais progressistas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participamos, na manhã de ontem, da solenidade em que o engenheiro Saul Raiz prestou juramento legal perante a Câmara Municipal de Curitiba, e assinou o termo de posse no Palácio 29 de Março. Sentimos o vigor do entusiasmo demonstrado por centenas de personalidades e de populares dos mais variados setores das atividades humanas, que ali acorreram para dar, com suas presenças, o prestígio àquele ilustre homem público, que, agora, dirige os destinos da Capital do Estado.

Foi brilhante o pronunciamento do Vereador Donato Gulín, como Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, substituiu, durante alguns dias, o Sr. Jayme Lerner que deixou o seu cargo para assumir importante função no novo Estado do Rio de Janeiro. Retratou muito bem a importância do entrosamento entre as forças vivas que atuam na sociedade para que seja encontrado o bem comum.

Por sua vez, o engenheiro Saul Raiz, no seu discurso de posse, traçou, de uma forma muito feliz, o quadro que deve sempre estar perante aqueles que estão ocupando cargos na condução dos negócios públicos. Destacou o ilustre Prefeito recém empossado, a importância da associação, da política à técnica para que os grandes e pequenos problemas das comunidades sejam perfeitamente equacionados.

Concluindo desta Tribuna, queremos dizer da nossa grande esperança, e da esperança do povo da Capital que aqui representamos, na ação do engenheiro Saul Raiz e da equipe que o assessora, para que sob as bênçãos de Deus, tenhamos uma Curitiba cada vez mais progressista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, transcorria o Dia Internacional da Saúde, e instintivamente passávamos em frente ao INPS, já no declínio da noite e ali se encontravam prostrados, alguns filiados daquele Instituto.

Logo depois da meia-noite, por volta de 20 pessoas já se encontravam na fila da mendicância para conseguir um lugar à consulta no dia seguinte, com o médico daquele Instituto. É lamentável, lamentável porque não se pede esmola, pede-se com a

insistência do sacrifício de uma noite, o direito que a lei previdenciária de nosso País dá a seus filiados.

Enquanto na Alemanha, um País sufocado pela II Grande Guerra Mundial, ali todas as pessoas, independentemente de filiação a um Instituto, são atendidas prontamente, seja por acidente de trabalho, acidente de trânsito, não se indaga se há vinculação do paciente com qualquer emprego.

E no Brasil, a gente vê essa disparidade constitucional, do sagrado direito da saúde, como bem dizia São Tomaz D'Aquino na Suma Teológica...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para ilustrar seu pronunciamento, quero informar que já existe uma luz nessa escuridão, com relação ao atendimento pelos Institutos, assunto que V. Exa. aborda neste momento.

Os Institutos atenderão até às 22 horas. Isso vem ilustrar o pronunciamento de V. Exa. porque se não é a solução ao problema previdenciário no Brasil, pelo menos aumenta o período de atendimento assistencial, que será das 7 da manhã às 22 horas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte e estou fazendo apenas essas referências, porque fiquei condoído de ver, numa noite fria e gélida, prenunciando o inverno de Curitiba, mocinhas ainda, menos ainda, naquela fila, altas horas da madrugada, a mendigar uma consulta médica.

Mas o meu propósito na Tribuna, é ainda de lamentar esse aspecto aqui na Capital, preambulando o significado deste fato, a exemplo do que ocorre na minha Região, Cascavel, onde o Município doou ao Instituto de Previdência, ao INPS, uma área desde 1976, com prazo determinado para fazer sua agência, para servir a Região inteira, de onde o Governo carrega para os cofres públicos, para os cofres do INPS somas astronômicas, comparando aquele Orçamento, um dos maiores Orçamentos deste País, o qual aponta um superavit de 4 milhões de cruzeiros por ano, e em várias Regiões de progresso, principalmente este nosso Estado do Paraná, este Instituto, mesmo recebendo de mão beijada imóveis para se instalar principalmente no Município de Cascavel, terreno que hoje, vale mais de 1 bilhão de cruzeiros antigos, para construir sua agência, nem sequer dá satisfações ao Poder Público Municipal.

A Câmara dos Vereadores aprovou e reprovou a lei, dando àquele Instituto, para em prazo certo, construir sua agência. Por outro lado, apesar de poder servir toda aquela Região, apesar da fabulosa arrecadação que arranca aquele Instituto em minha Região, todas as consultas são pagas previamente, uma discrepância de tratamento, um tratamento não só imoral como amoral, mas também anti-jurídico, porque é contrária à legislação do Instituto.

Quanta gente estamos atendendo nesta Assembléia Legislativa no Serviço de Assistência Social, vinculados ao INPS, e temos levado ao Instituto aqui em Curitiba para serem atendidas posto que são operários que não tem condições de pagar as consultas que somam importâncias que vão de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 200,00.

Fica aqui o lembrete às autoridades que, porventura se façam ouvir, de algum modo e deixo este apelo de sentido profundamente humano.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado e brilhante companheiro, V. Exa. retrata desta Tribuna a situação com que se defronta o povo brasileiro em tudo o que se relaciona com o Instituto de Previdência Social.

Ouvimos o aparte do prezado parlamentar da Bancada da ARENA que anunciou a modificação a ser introduzida no horário de funcionamento do Instituto Nacional de Previdência Social.

Realmente, é uma nova filosofia de trabalho que se tentará implantar com o aumento de horas-atendimento. Nós já tivemos a oportunidade de atender, por centenas de vezes, trabalhadores, que batendo a porta do INPS, não encontravam o atendi-

mento a que tinham direito e viam, assim, desrespeitado um direito líquido e certo em razão do desconto que sofriam na folha de pagamento.

Sabemos que tão somente a alteração da hora-trabalho do INPS nada resolverá porque as filas permanecerão da mesma forma às portas de todas as sedes do Instituto. O trabalhador permanece, por vezes, oito horas na fila e quando tem a felicidade de chegar ao guichê, recebe a informação que ele se encontrava na fila errada, então, a enfrentar as mesmas dificuldades e volta, então, a se defrontar com uma estrutura maléfica implantada nesse Instituto de Previdência que constrói sedes faraônicas em inúmeros municípios brasileiros e também paranaenses; em exposições que promove, investe grandes somas tão somente para mostrar que algum atendimento vem dando, mas, na realidade, sabemos até mesmo, da aplicação má do dinheiro do trabalhador brasileiro, do dinheiro do trabalhador paranaense.

Isso revolta o homem público, isto realmente provoca a manifestação de todo o homem que tem a responsabilidade de desempenhar o mandato público de representação popular como é o caso de todos os Parlamentares desta Casa e de todas as Casas de Lei do País.

Louvo o oportuno pronunciamento de V. Exa. que, realmente, retrata a realidade dos brasileiros que morrem às portas deste Instituto, de suas sedes esparramadas pelos Municípios Brasileiros, como no caso do rico município de Londrina, onde o falecimento de pessoas nas filas do INPS apareceu nas manchetes de jornais, nas rádios e televisões. Daí por diante, prezado companheiro, este é o quadro da Previdência Social em nosso Estado e em nosso País. Pessoas deverão morrer nas filas para, então, se buscar do Governo Central as providências que se fazem necessárias para a modificação da estrutura do Instituto Nacional de Previdência Social, porque o mal é realmente de estrutura, e as modificações então tem que ser tomadas decisivamente, provocando, aplicando-se o remédio onde a doença realmente se faz presente.

Muito obrigado, prezado companheiro, pelo aparte e me perdoe por eu ter me alongado no mesmo, porém, quando se fala no sacrifício do trabalhador, faz-se paralelo com a má aplicação do seu dinheiro e o parlamentar acaba se empolgando.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço o aparte que V. Exa. me ofereceu, aparte valeroso, e, se falei neste tema abordando-o de ligeira revoad, não foi por outro motivo senão de prestar uma homenagem a este pobre e infeliz homem que sustenta, pelo seu trabalho, a economia nacional.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço inicialmente a atenção de V. Exa. concedendo-me este aparte, e desejo neste momento cumprimentá-lo por esta oportuna e feliz oportunidade de vir à Tribuna e assim todos nós Deputados, revezando-se, falando e insistindo sobre este mesmo assunto, martelando a mesma tecla, talvez encontremos uma solução. Já ocupei também esta Tribuna, fazendo um apelo ao Ministério do Trabalho e Assistência Social, no sentido de que fosse criado um PRE tipo de consulta, que possibilitará ao contribuinte consultar qualquer médico, Seria a única maneira de se evitar estas filas e eliminá-las de vez, eis que, é vergonhoso o que temos verificado. Talvez se insistindo seja dado uma solução a este problema.

Foi revoltante, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que pudemos constatar segunda-feira próxima passada, quando um servente de pedreiro procurou-me em meu Gabinete pedindo auxílio para os funerais de seu filho de 1 ano de idade, portador que era de uma carteira do INPS, mas, dizendo que o INPS não dá assistência funeral, a não ser que seja o do próprio contribuinte. Aquilo me revoltou, porisso voltarei a dirigir um apelo diretamente ao Ministério do Trabalho e Assistência Social como já fizemos desta Casa e em nome desta Casa, para que seja

tomada uma medida e seja solucionado este problema das filas, o que é vergonhoso para todos nós.

Muito obrigado, pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço a V. Exa. e apenas gostaria de lembrar que, verificando a notícia da imprensa, de hoje, de que o Governo Federal atento às modificações ecológicas sócio-econômicas e de toda sorte a ser feito pela Usina de Itaipu, vem designar para a nossa Região uma quantia não inferior a 5 bilhões e 800 milhões de cruzeiros para obras infraestruturais, como disse, nesta passagem, que é do programa do nosso Partido o desenvolvimento com justiça social e a justiça social se faz com saúde, educação e cultura. Estes aspectos devem ser incorporados, devem ser observados pelo binômio tão decantado do Governo, de que, a Pátria precisa assegurar o desenvolvimento, mas este desenvolvimento deve ser desdobrado com justiça social envolvendo aspectos da cultura e a nossa Região não pode ficar alheia a essas inversões no aspecto da saúde e no aspecto da cultura de um modo geral. Concedo o aparte ao brilhante companheiro de Bancada, Deputado Deni Schwartz.

– (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. DENI SCHWARTZ – O ilustre Deputado aborda um tema da atualidade e citou um País da Europa, a Alemanha.

Gostaria de dizer à Casa que temos um exemplo vivo, presente aqui na América Latina, na América do Sul, representado pela Argentina, País que está sob o terror, mas que, apesar de pagar a seus próprios operários, a seus próprios trabalhadores, um salário mínimo mais de duas vezes superior ao que se paga no País, aqui no Brasil, o homem é, antes de mais nada, considerado um bem quase que econômico sendo que a assistência médica é gratuita, independente de qualquer outra formalidade. A saúde é considerada um patrimônio estatal, pois o homem é considerado também como um meio de produção, julgando-se naquele País ser preferível ter um homem sadio, produzindo para isso prestar assistência médica independente de qualquer formalidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço o aparte de V. Exa. que é um exemplo presente da Argentina. Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, um Requerimento.

O SR. ENEAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apertei-o para congratular-me com V. Exa., muito mais pelo alerta que V. Exa. faz do que qualquer outro aspecto que possa ter a questão. Assim mesmo, no seio da Casa do Povo é que vive o interesse popular que está efetivamente representado em sistema destes e devem aflorar e ser estudados e devem ser debatidos. Na verdade, eminente Deputado, apenas para aduzir alguma coisa ao pronunciamento de V. Exa. na verdade, eminente Deputado, a filosofia de governo se implantou nesta terra, transformou o poder em autêntico, em balcão a mercadejar as coisas públicas. Dentro desta concepção o exemplo que V. Exa. traz do resultado financeiro em termos de luta social do INPS, deixa de ser um autêntico sucesso para os planos do Governo, o que faz com que um órgão desta natureza dedicado, e tendo como objetivo a saúde de nossa gente, acabe por apresentar ao final do exercício, com grande sucesso, em espécie e dinheiro. Só resta saber se dos resultados apurados não se queixa fazer com o INPS – o que se tem feito com outro grande êxito do Governo, que é o BNH no estrangeiro – alguns programas, resta saber se o lucro do INPS é também já se vislumbra, para financiar programas de saúde em outras terras, para outras gentes.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço o aparte do ilustre Deputado que nos ofereceu, e quero já, corroborando o pensamento anterior com este, – neste mesmo caminho eu procurar embrenhar-me através deste Requerimento – lembrar as autoridades, a necessidade de implantação já que no plano do Governo, fazendo obras estruturais, principalmente nas vias de acesso, quero lembrar que justamente ali, entre o Noroeste e o



Oeste do Paraná, numa região praticamente esquecida e que se compõe de vários Municípios responsáveis por grande parcela da exportação do milho e tantos outros cereais como por exemplo o feijão. Entre eles, destacam-se Roncador, Campina da Lagoa, Palmital, onde as vias de acessos são primárias e sem condições de tráfego necessitando de especial atenção.

E os agricultores, para que possam demandar às rodovias pavimentadas que ficam distantes, tem que empreender uma volta desastrosamente longa.

E é neste sentido que eu, invocando esta decisão do Governo de designar tão grande importância para obras infraestruturais, encaminho este Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. OSIRES STENGUEL GUIMARÃES, DD. Secretário dos Transportes, encarecendo as necessidades de reabertura e melhoria da estrada que liga o Distrito de Altamira, Município de Palmital, à BR-277, passando por Santa Luzia e Guaraniaçu.

Essa estrada, já existente e em condições precaríssimas de tráfego, vem sendo mantida pelos Municípios, e principalmente por Guaraniaçu, da qual se serve toda a população regional do Vale do Piquiri, e que pela sua grande importância necessita ser tratada pelo Estado, através do Departamento competente, já que ali a produção agrícola é de alta rentabilidade, especialmente de produtos adquiridos pelo mercado internacional.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada praticamente trafegada por veículos de tração animal e que se encontra em estado realmente precário, não apresentando condições de acessibilidade, especialmente em épocas chuvosas. A necessidade de promover o alargamento, melhoria e conservação dessa rodovia, é urgente, considerando tratar-se de região essencialmente agrícola, dependente de estradas para o escoamento da safra.

Por outro lado, a via em questão, se implantada, virá beneficiar também, além do Distrito de Altamira situado no oeste do Palmital, os Municípios vizinhos de Roncador, Nova Cantu e Campina da Lagoa, cujo escoamento dos produtos é feito através da rodovia de Campo Mourão, ou, opcionalmente, por Pitanga, o que representa uma quilometragem maior no percurso. Todavia, se a artéria for pleiteada ora reaberta e seu leito revestido de modo que permite sua melhor conservação, reduzir-se-á a distância da região ao Porto de Paranaguá e benefícios de grande monta e real economia para o Estado virão como consequência natural.

Inobstante a população daquele setor vir há longos anos reivindicando essa medida através dos representantes, somente agora, com a implantação do PRODOPAR as esperanças se renovam, e ainda esta vez espera a população que as dignas autoridades, reconhecendo a necessidade e a justiça do pedido, instalem ali o canteiro de obras para consecussão deste mister”.

O outro Requerimento é no sentido de solicitar a S. Exa. O Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e a Douta Comissão Permanente que estuda a modificação da Lei de Organização de Divisão Judiciária do Paraná. Trata-se de medida saneadora a respeito da reintegração de Capitão Leônidas Marques à Comarca de Cascavel.

Ela estava jurisdicionada à Comarca de Cascavel, e por motivos que nós desconhecemos, e quem sabe até razoáveis, foi incorporada à Comarca de Capanema quando da sua criação. Já debatemos este assunto na Câmara de Cascavel e através de representação já desta Casa de Leis e através da Prefeitura e da Câmara Municipal de Leônidas Marques, encarecemos às autoridades judiciárias, no sentido de reintegração daquele Município à juris-

dição do Juízo de Cascavel.

Esta medida é saneadora porque dividindo o Sudoeste e Oeste, existe o grande curso do rio Iguaçu, pelo qual o Município a galgar a sede da Comarca, deve passar por precaríssimas balsas que em ocasião das cheias, aquele rio fica sem condições de tráfego.

Também, por outro lado, Cascavel e Leônidas Marques surgiram dos mesmos costumes, surgiram dos mesmos povos, surgiram da civilização do Rio Grande do Sul, estão irmanadas em pensamento, conjugadas em seus ideais e ligados geograficamente.

Não temos razões para que isso perdure por mais tempo, sobrevivendo a população sofrida que, quando necessita de um financiamento procura Cascavel, quando busca um documento, tem que ultrapassar o rio Iguaçu através de duas balsas, para aqueles que residem em Aparecidinha ou em Boa Vista da Aparecida.

Por esta razão é que entendemos a necessidade do Requerimento, e encarecemos à Mesa desta Casa e aos ilustres Deputados com assento nesta Casa, que deem provimento ao Requerimento, pedindo às autoridades com a devida vênias, as providências apontadas para, mais uma vez, receber a voz de um representante daquela comunidade em satisfazer os anseios não só do funcionalismo do Poder Judiciário, mas também às necessidades de ordem regimental e de ordem legal.

O Requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, vem com a máxima vênias, requerer que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. Henrique Nogueira Dorfumund, DD. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e à Comissão Permanente de Estudos de Reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciária, no sentido de fazer-lhes um apelo para que o Município de Capitão Leônidas Marques volte a pertencer à Comarca de Cascavel.

Trata-se de um Município que atualmente está jurisdicionado à Comarca de Capanema, cujo acesso é feito através de precários serviços de Balsa, o que acarreta indiscutivelmente, prejuízo para aquela comunidade municipal, e ainda ao próprio Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Não se compreende que até a presente data a população daquele Município fique sofrendo tal constrangimento, principalmente de ordem geográfica, posto que o território e a sede de Capitão Leônidas Marques está completamente distanciada da Região Sudoeste e separada da sede da Comarca - Capanema - pelo grande rio Iguaçu. Além disso, o centro comercial lógico, regional e natural é Cascavel, e a população tem manifesto desejo de voltar a jurisdição desta Comarca, a qual já era vinculada ao passado.

Acreditamos que motivos justificáveis recomendaram então tal decisão, porém hoje a realidade mostra a evidência da medida saneadora que é o objeto deste expediente.

Ademais, observe-se que o Distrito de Boa Vista de Aparecida está também separado da sede pelo rio Baicuru, cuja travessia é feita por uma balsa movida por energia braçal, o que hoje, levando-se em conta o desenvolvimento tecnológico, não mais se concebe.

Por outro lado, o Município de Capitão Leônidas Marques está geograficamente unido ao de Cascavel por linhas secas, e ambos estão situados na chamada região Oeste do Paraná, enquanto Capanema fica no Sudoeste, cujas regiões se dividem pelas águas do rio Iguaçu. De tal modo que não se pode compreender a permanência deste “status”, e além disso, as autoridades locais já se manifestaram pela reintegração à Comarca de Cascavel, traduzindo assim a vontade da população. Este é também o

nosso pensamento e objetivo”.

Obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com prazer a presença em Plenário, do ilustre Prefeito de Umuarama, e do Sr. Osiris Lamenha de Siqueira, Vereador daquele Município.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É impressionante o número de queixas e reclamações feitas desta Tribuna pelos representantes do povo, tanto do Partido do Governo como da Oposição, da qual temos a honra de fazer parte.

São as classes brasileiras que a cada dia que passa se sentem mais oprimidas, percebendo que estão cada vez mais abandonadas. É o lavrador que grita aos quatro cantos do País, em busca da salvação de seu trabalho e de sua economia. É o comerciante que cerra suas atividades porque não tolera mais, não tem mais condições de pagar os tributos impostos, pelos Poderes Públicos e majorados constantemente. É o profissional liberal que vem baseado na economia do povo e reclama porque passa a ganhar menos e a gastar mais. São os alunos das escolas que vêm aos estabelecimentos sem bancos, que sentem a falta de condições para sua participação. São as crianças que, como disse o Deputado Otássio Pereira, às vezes vão à escola simplesmente para receberem a merenda escolar, para não morrerem de fome porque o brasileiro está passando fome.

E o Brasil parece que está enriquecendo a cada dia que passa. E o INPS tem uma receita que equivale a 40% da receita deste País, enquanto seus associados antes da meia-noite começam a compor a fila para receber uma simples requisição e alcançar uma consulta médica.

É o IPE que chega a permitir que um médico que lhe presta serviço exija até cinco requisições para o fornecimento de uma receita!

É o excesso de funcionalismo público em alguns departamentos, é a escassez dos mesmos em outros! Entretanto, todos vivendo a miséria com um pagamento que não corresponde às suas necessidades.

E agora, faz poucos anos, Srs. Presidente, Srs. Deputados, o Governo criou o grande cassino brasileiro: a Loteria Esportiva, que estabeleceu sala de jogo em todos os lares, que chamou, que convidou, que insistiu e que se propagou de uma tal forma que nem o cego, o cocho, o aleijado, nem o esmoleira, deixa de fazer sua fezinha em cada teste de cada semana. É a vontade de retomar, de redimir economicamente, as vozes tirando os três cruzeirinhos que representam o pão de cada um dos filhos esfomeados leva ele para o cassino do Governo, leva ele para as bancas tomadoras de jogo, leva ele a última gota de miséria de sua família, para tomar parate neste mar incalculável de dinheiro alcançado através da Loteria Esportiva.

E a expressão de tudo isso está caracterizada nas Caixas Econômicas Federais. Suas agências, antes da Loteria Esportiva, não eram mais do que simples departamentos econômicos do Governo Federal, mas que pareciam nem existir. Hoje, em cada agência da Caixa, há um amontoado de dinheiro para espoliar ainda mais o povo, para fazer empréstimos com juros aviltantes, com aplicação de correção monetária imprevista, dando assim o encadeamento violento do empobrecimento de todas as classes laboriosas deste País.

E fala-se muito mais. Fala-se que o Governo criará, dentro de pouco tempo, os cassinos oficiais, principalmente nas Capitais dos Estados. Porque é preciso que se faça o brasileiro jogar, apostar, é preciso arrancar-se-lhes a última gota de miséria para ver se melhora, porque o brasileiro está morrendo, morrendo de fome.

E aí está, agora, a Zooteca, o zoológico da tentação, aos

pobres, aos 90 milhões de brasileiros pobres que existem. Está aí o jogo do bicho.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa.

V. Exa. sabe perfeitamente que a Loteria Esportiva foi instituída em nosso País, e diziam os que a defendiam, que era para atender às entidades beneficentes, às escolas, e isto e aquilo.

E estamos verificando aquilo que lhe falamos, ontem, que as crianças vão às escolas em busca da merenda escolar porque não tem o suficiente em suas casas. E mais ainda, as entidades, todas vêm à Assembléia Legislativa sempre reivindicando, solicitando, alguma coisa. E perguntamos, para onde vai o dinheiro da Loteria Esportiva?

E agora, com o mesmo pretexto, com a mesma base, tapeando mais uma vez o povo brasileiro, vai se instituir mais um jogo, desta vez o jogo do bicho, que vem agora com uma nova vestimenta, vem como o nome de Zooteca.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e bem sabemos que não há justificativa, para a criação da Loteria Esportiva neste País, justificativa que, de forma alguma, pode ter raízes na salvação de nosso povo, mas embora essa salvação não fosse percebida, havia um rótulo pelo menos de esperança em alguma segurança aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte. Por que o saldo líquido, da Loteria Esportiva, teria, de acordo com o organograma, a sua destinação para o atendimento social nos mais diversos setores da Nação Brasileira. Para nossa decepção, como brasileiros que somos, vimos em alguma oportunidade desaparecer 60% da arrecadação a ser distribuído apenas 40% aos apostadores.

Dissemos, “vimos desaparecer” porque esse dinheiro nunca vimos onde ele foi aplicado. Nunca sentimos a presença deste dinheiro nos hospitais carentes de leitos, nunca vimos a presença dele na ampliação (de escolas) jamais vimos a presença deste lucro extraordinário, desta sobra maravilhosa, pelo menos para ampliar a assistência à criança pobre, a criança filha do lavrador brasileiro, que é o homem mais pobre de todos os homens desta Nação.

É lamentável que nosso País tenha de estar submetido a uma violenta tributação de todos os dias e submetido ainda mais a uma comporta de janelas abertas para o jogo, para esse jogo tão

indecente que vai buscar os três cruzeiros da última miséria, da última fome, do último sofrimento, talvez, de milhares de crianças brasileiras.

Sabemos que não temos condições de alcançar a revogação da atitude do jogo, sabemos que não temos meios de alcançar o acordar da consciência nominal, pedindo que não se permita o jogo neste País, porque, acima de tudo, o jogo é contravenção penal em todas as suas formas. Sabemos que não temos condições de estancar esse mal que prolifera nos quatro cantos desta Nação. Entretanto, Sr. Presidente, vamos usar da nossa prerrogativa, de nossa condição de representante do povo do Paraná nesta Casa, para apresentar simplesmente uma sugestão ao Exmo. Sr. Ministro de Justiça e ao Exmo. Sr. Presidente da República deste País, para que não se cometa a injustiça que foi cometida, tão aviltante, tão imperdoável que se cometeu, na estruturação do maquinismo do funcionamento da Loteria Esportiva no País. Nós, lamentavelmente, sentimos e o nosso sentimento, que no Brasil está acontecendo como contam na fábula, cujo nome do autor não lembro.

Um Rei de uma determinada Nação, cujo nome também não lembro, avançou para o caminho da tributação, estabelecendo toda a forma de arrancar o dinheiro do seu povo.

O Rei e todos aqueles que compartilhavam a corte com ele se banqueteavam e saboreavam constantemente o prazer e a



satisfação do seu posicionamento.

Seus Ministros, os ocupantes da arrecadação dos mais longínquos lugares do Reino, em vez de levarem ao conhecimento do seu Rei a situação da vivência do seu povo, que dentro de pouco tempo, morreria de fome, para não magoar S.M. cada vez que iam à sua presença diziam: S.M. este País, esta Nação, este Império, se encontra em situação que S.M. sempre quis. Seu povo é alegre porque não tem motivos para estar triste; seu povo é feliz porque se alimenta e se banqueteia; seu povo vive com suas famílias na mais ampla satisfação.

Os anos decorreram e certa feita quando o Rei se reuniu para o banquete, pediu, que seu auxiliar mandasse vir o jantar. Este, penitenciando-se, disse: "Majestade, na cozinha do Reino nada existe para se fazer para que possa alimentar a Corte".

Isto está acontecendo no Brasil. Estamos assistindo homens da ARENA e do MDB pedir pelo amor de Deus, sem saber para quem, que se resolva o problema, para que não haja mais fome no País. É preciso que haja mais sinceridade e mais coragem para se dizer a verdade.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos fazer uma referência ao grande perigo que aí vem para se juntar a outros perigos, como é o perigo da Loteria Esportiva.

Vamos apresentar uma sugestão que, realmente, possa assegurar que a arrecadação que for feita na zooteca seja destinada exclusivamente ao objetivo para o qual é proposto, seja destinado ao Campo social, à assistência social do povo brasileiro. (Lê): "Senhor Presidente.

Considerando as notícias que vem sendo propaladas, através da Imprensa sobre a predisposição das autoridades federais, visando a regulamentação do "Jogo do Bicho", através da implantação em nosso País da Zooteca, o Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Ss. Exas. os Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Ofícios encaminhando a sugestão abaixo, sobre a regulamentação e apresentando mecanismos para o funcionamento da Zooteca em nosso País.

#### SUGESTÃO

1º - Que, se dê a destinação total da arrecadação, líquida ocorrida em cada extração, para os organismos de comprovada eficiência no atendimento social dos mais diversos;

2º - Que, antes da oficialização e execução da atividade pela Caixa Econômica Federal nos Estados, elimine-se a participação de policiais desonestos e banqueiros corruptos que exerceram ativamente o JOGO DO BICHO de forma clandestina por anos e anos consecutivos;

3º - Que, os sorteios se façam somente as Quartas e sábados exclusivamente, através dos resultados da LOTERIA FEDERAL;

4º - Que, os jogos (apostas), se procedam de forma a habituada pelos apostadores atuais, em bloco de papel branco, cancelados com antecipação de forma impressa, pela Caixa Econômica Federal, e cujos blocos contêm no mínimo 100 e no máximo 500 folhas;

5º - Que, sejam os blocos aludidos no item 4º, distribuídos a agentes oficiais de apostas, mediante o pagamento antecipado de Cr\$ 0,50 centavos por cada página ou folha;

6º - Que, na forma disposta no item 3º, sirvam as listas expedidas pela Loteria Federal, para a conferência dos apostadores e que, autenticadas do direito ao prêmio que couber, seja verificado pela Caixa Econômica e paga pela mesma nos respectivos locais onde ocorra a presença dos premiados;

7º - Que, se dispense as despesas, com impressão de cartelas desnecessárias, bem como a necessidade de transporte de jogos efetuados e um local para outro, determinando aos agentes, a encerrarem as apostas 24 horas antes de cada extração da Loteria Federal e entregarem as segundas vias de cada jogo, com rela-

ção nominal de cada apostador e o valor correspondente aos Jogos agenciados, com relação nominal em 4 vias, até às 12 horas, do dia de cada extração da Loteria Federal;

8º - Que, as agências da CEF, receptora dos jogos, no mesmo dia, e antes das 18 horas, após vistoriadas as relações, carimbadas com datas e horários encaminhe (3) três vias de relação nominal as respectivas agências regionais sediadas nas Capitais de Estado em registrado AR, e em cujo registrado contenha-se no envelope um carimbo especial do Departamento de Correio, onde configure espaço para a anotação especial do agente responsável, constando data de recepção do envelopado, bem como assinatura respectiva do agente;

9º - Que, posterior a extração, num prazo não superior a quinze dias da data da mesma, seja encaminhado pelas agências regionais a agência central do JOGO DO BICHO, duas vias das 3 recebidas, ficando uma em seus arquivos;

10º - Que, se dê autorização às agências da CEF a proceder, imediatamente o pagamento dos prêmios aos portadores sorteados, respondendo o responsável pelo pagamento efetuado por fatos que não correspondam à autenticidade da aposta, e.

11º - Que, se faça juntar aos lídários aludidos no item oitavo, para encaminhamento da mesma correspondência, as segundas vias dos jogos recebidos.

#### JUSTIFICATIVA:

A destinação da totalidade do líquido para o atendimento assistencial, caracterizado o pensamento de Justiça do Governo. Arrecadar do povo para aplicar em favor do povo, qualquer outra fórmula ou medida, retrataria mais um fato de exploração, como é o caso da Loteria Esportiva, que entrega as vezes menos da metade daquilo que recebe em cada teste semanal.

A eliminação de participação de policiais corruptos que sempre tiveram na ilegalidade do Jogo do Bicho fonte de renda extraordinária e ilegal, é uma necessidade; bem como o afastamento dos bicheiros porque a ZOOTECA para alcançar êxito terá que ser exercida sem as características desonestas com que sempre foi exercida".

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos escutando com atenção a sua defesa às classes menos favorecidas, aliás, com muito brilhantismo V. Exa. o faz. Apenas não entendemos, que no início da oração V. Exa. era violentamente contra o jogo do bicho. Agora, vem V. Exa. dando sugestões para que o mesmo seja regulamentado. Este esclarecimento é que pediríamos a V. Exa. talvez eu não tenha ouvido perfeitamente sua oração a princípio mas, o que vemos agora, é V. Exa., procurando regulamentar o jogo do bicho. Não sei se ouvimos direito a sua exposição de princípio, mas pedimos a V. Exa. agora que ele vem procurando regulamentar o jogo do bicho, achamos que isto é um câncer no Brasil e como V. Exa. defende os humildes, defende os pobres, defende os menos favorecidos, então achamos que V. Exa. está usando de duas medidas, dois pesos.

O SR. LÚCIO MACHADO - Respondendo o aparte, a minha sugestão é exatamente o retrato da minha preocupação, porque como bem entendeu V. Exa. justifiquei com antecipação que não teria, não, não tenho, como nós não teríamos, Deputados Estaduais, condições de fazer com que não venha a se exercer o jogo do bicho por parte do Governo Federal em nosso País, prevendo que o Governo vê no jogo uma necessidade, nos sentimos e cumpriríamos parte de nosso dever, procurando dar, pelo menos, um pensamento de justiça na regulamentação deste triste ato que será configurado como mais uma necessidade em nosso País. Então, quero esclarecer a S. Exa. que a sugestão de regulamentação não é outra senão o sentimento de fazer com que uma das maiores injustiças não se faça através da loteria esportiva.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero argumentar o seguinte: Se V. Exa. é contra, devemos lutar para que esta imoralidade seja estirpada do nosso País por ser contra o povo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Continuamos a justificativa.

“É necessário que, os sorteios se realizam somente pela Loteria Federal, pois a mesma encontra-se com seus mecanismos montados, livra das necessidades de expedientes, que naturalmente poderão apresentar falhas, inclusive proporcionante de facilidade para que cada apostador possa por si conferir a sua aposta eficientemente.

O procedimento dos jogos na forma habituada, eliminará complicações que poderá envolver o apostador em erros programados, prejudicando-o em sua aspiração de apostar em determinado número ou bicho de sua preferência e o mais importante, que em blocos com a impressão somente dos espaços para o nome do apostador e seu endereço, confeccionado em duas vias proporciona além da segurança total, a dispensa de computadores caríssimos e às vezes complicados. Se o apostador recebe o seu prêmio com antecipação, sob a responsabilidade do pagador, basta depois de conferir na Central a primeira com a segunda Via.

A distribuição dos blocos aos agentes mediante a taxa de Cr\$ 0,50 centavos por folha em duas vias, dará provimento às despesas de material que corresponde o mecanismo e o papel que deverá ser usado para o exercício da ZOOTECA sem que, haja necessidade de dispêndio de capital das apostas para funcionar a máquina de tomada das mesmas.

Que, as despesas com impressão de cartelas ou orientação para o apostador, podem ser totalmente dispensadas, visto o cambista ou agente do jogo do bicho, ser o autêntico orientador sobre as milhares, dezenas e centenas, bem como das condições favoráveis das apostas.

Que, no controle do movimento fica perfeitamente seguro, com o entrelaçamento das responsabilidades cronometradas em tempo, partindo desde o agente local nos municípios, os respectivos agentes do Correio e a agência central de cada unidade Federativa, intermediário fiel das responsabilidades gerais da atividade.

O pagamento dos prêmios na imediata apresentação do premiado fica, totalmente assegurado de pleno direito e, será responsável pelo pagamento de qualquer aposta rasurada ou com aspecto que possam motivar dúvidas, o agente pagador e ao conferente, ambos funcionários da CEF.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975”.

a) LÚCIO MACHADO.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado, restando apenas um minuto.

O SR. LÚCIO MACHADO — Concluo já, Sr. Presidente.

A nossa preocupação não é regulamentar o jogo do bicho no País, a nossa preocupação é saber que vai existir mais um cidadão oficial desta Nação, é saber que vai existir mais uma tentação para espoliar o povo brasileiro, que está tão espoliado atualmente.

E é preciso que se levante com veemência; é preciso que a palavra do povo seja dito desde as Câmaras Municipais até o Congresso Nacional. É preciso que se fale alto, que se grite para acordar o Governo do sono profundo que dorme; este sono latente que eterniza a proliferação da miséria, que permite Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aconteça tanta coisa como está acontecendo neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, oxalá pelo menos um fio daquilo que pensamos e escrevemos, seja portador de influências para que o problema não venha a ser tão aviltante e tão indecente e tão perigoso, como tem sido a loteria esportiva deste País. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para falar em Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa intenção no dia de hoje era falar no Grande Expediente, mas como na hora destinada ao Grande Expediente dois ou três Srs. Deputados ocuparam esta Tribuna, não nos sobrou tempo para abordarmos o assunto que, para nós, é de muito interesse, motivo porque estamos fazendo no tempo reservado para Explicação Pessoal.

Disse ontem que voltaria em outras sessões a abordar o assunto que abordei ontem — refere-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao problema do funcionalismo de nosso Estado.

(Lendo): “O Servidor Público neste País, paga elevado preço pelo que se costuma chamar de “milagre brasileiro”. Já dissemos que não paga sozinho porque o faz juntamente com todos os assalariados, os agricultores, pequenos empresários, os profissionais liberais. Mas não é consolo para o funcionário, nem justifica para quem pretende contribuir para a correção dos graves problemas da sociedade brasileira. Poderá alguém dizer que foi o progresso que causou as atuais distorções da sociedade brasileira — é uma tese inaceitável, pois que foi um tipo de idéia, uma filosofia de ação, com suas consequências em toda a vida nacional. Na opção sobre o desenvolvimento econômico e social houve uma clara e deliberada decisão pela associação com os grandes grupos internacionais, agora chamados multinacionais, em detrimento da extensa camada da população que constitui os 80 por cento de brasileiros. E de repente se propõe mudar a ênfase para os problemas humanos, como se se tratasse de uma simples questão mecânica da economia e da sociedade. Há caminhos reversíveis e outros irreversíveis, e não é à toa que algumas vozes altissonantes gritam a irreversibilidade da situação brasileira. Para mudar não é bastante deslocar suavemente o eixo das preocupações, porque isto é impossível.

Para atender aos supremos interesses da maioria da população brasileira, para centrar nos problemas humanos a ação governamental é preciso ir ao fundo da questão, sob pena de ficar-se com acenos enganosos e que não mudam a crise social do País.

O populismo, que no passado criava quadros burocráticos, os preenchia afanosamente — muito combatido em todos os níveis não foi sepultado. Foi absorvido em sua idéia de que, sejam por questões de função do Estado Burocrático em países subdesenvolvidos, seja pelas contingências políticas emergenciais, não é possível deixar de empregar funcionários. E, de uma fase questionadora nos idos de 1964 a 1967, passamos da dúvida sobre os caminhos a seguir na política sobre o funcionalismo à encampação das condenáveis e desequilibradas noções populistas sobre o emprego público e o aparelho de Estado.

Durante algum tempo prevaleceu a idéia de que a administradora federal — tendo à frente filósofos e economistas do porto do embaixador Roberto de Oliveira Campos. Permitam-me dizer que a expressão economês vem sendo muito bem aplicada como distintivo não entre os que sabem e os que não sabem economia, mas entre os que durante algum tempo prevaleceu a idéia de que a administração federal tinha a solução da racionalidade e que todos os rincões da Pátria só deviam aguardar que os métodos e sistemas condutores da supracionalidade chegassem lá.

Servidores públicos de todo o País tremeram, conscientes de que nunca haviam sido corretamente preparados para as funções que deles se reclamava agora radicalmente; funcionários atemorizados aguardavam a extensão dos métodos políticos vigentes à vida funcional. Outros julgavam estar chegando a hora da redenção funcional, em que a verdade do trabalho e da dedicação seriam premiadas.

Porém os filósofos da economia estavam ocupados com a medida econômica, a econometria do quadro funcional. Era preciso, segundo eles, desestimular a vida funcional, isto é, não criar atrativos para a carreira do servidor público. E se ofereceram vantagens em tempo para quem quisesse sair; e se ofereceram medidas de desejo para os servidores públicos. Estamos lembrados de que os filósofos como o embaixador Roberto Campos e muitos outros mobilizados para funções diretivas plenipotenciárias

vinham da economia privada, onde não beberam o que ela pode oferecer de melhor para o desenvolvimento nacional; vinham com os vícios do subdesenvolvimento cultural, com a cabeça no exterior e os pés no Brasil; somavam a essa situação ambígua os preconceitos do empresariado atrasado que vê o servidor público como privilegiado, como incapaz e como inimigo. Essas idéias equivocadas que não vêem que o subdesenvolvimento é uma situação global na economia privada e no aparelho do Estado, na plebe e nas elites, entre civis, militares e eclesiásticos.

E assim, registraram-se algumas transformações nos quadros dos servidores públicos e o de mais destacado é a criação de uma aristocracia funcional, principalmente na tecnologia, na estrutura burocrática superior, que hoje provoca alarme em todos os brasileiros, na medida em que se concientizam de que a elite burocrática não tem respostas ao desenvolvimento brasileiro, e suas medidas tão alardeadas começam a esbarrar na realidade ne-nocenta do presente.

É bem verdade que muitas empresas são contratadas para fazer estudos, psicológicos econômicos, consumistas e de treinamento e adaptação dos servidores públicos. É verdade, também, que temos hoje computadores, informações, interpretações estatísticas e muitas coisas mais controlando a máquina do Estado; há relógios-ponto, fichas, cadastros e modelos, extensão e profundidade, ao funcionamento do aparelho do Estado para o desenvolvimento; especialmente como resposta corretamente adequada para o trabalho e a produção que respondem efetivamente pelo desenvolvimento econômico e social.

Não é o caso de permanecer ao nível dessas questões. Foi preciso referir-se a elas para mostrar que não é apenas a atitude de um governante ou seu acessor que condiciona o modo como se trata a questão do servidor público. As causas são mais profundas e tocam todos os aspectos da vida brasileira.

Entretanto, isso não retira a responsabilidade individual; ao contrário, põe em xeque a vontade e a decisão pessoal de reparar alguns aspectos gritantes da situação difícil do funcionalismo público.

Ao nível dos Estados, por exemplo, estamos vivendo uma situação intolerável. No caso do Paraná, ainda mais gritante, com uma situação intolerável. No caso do Paraná, ainda mais gritante, com a reparação de vencimentos proposta no ano de 1974 e no presente ano.

O Governo do Estado, como se não bastasse ser caudatário das aludidas idéias subdesenvolvidas sobre o servidor público, dá um passo no caminho do descaso e do deboche para com os servidores públicos do Paraná; e só se pode classificar o que fez com o abono ao funcionalismo.

O Governo da União concedeu no ano passado 20 por cento de aumento aos seus servidores públicos, a partir do mês de março. O Governo do Paraná seguiu, — através da Lei 6.537, de 15 de maio de 1974, majorando os vencimentos do funcionalismo estadual; só que concedendo 10 por cento a partir de 1º de março de 1974 e outros 10 por cento de "abono" a partir de 1º de outubro, quase ao final do ano. O Artigo 3º da citada Lei 6.537 concedia o abono de 10 por cento ao final do ano, deixando o servidor público estadual com apenas 10 por cento de aumento do mês de março a outubro.

No Artigo 8 da referida Lei, em seu parágrafo único, reza: "Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá com as deduções que se fizerem necessárias, à incorporação do abono provisório de que trata o Artigo 3 desta Lei."

A Alquimia inventada pelo Governo e sua Secretaria estava em que, em números, o aumento se equivalia ao concedido pelo Governo Federal, mas no tempo. . . esperassem os abnegados servidores.

Ainda não temos a evidência do ofensivo. Mas vamos adiante. Em 4 de novembro de 1974 — 11 dias antes das eleições — o

Diário Oficial do Estado publica o Decreto 6.107, com o seguinte teor:

"O Governo do Estado do Paraná, usando das atribuições etc. . . tendo em vista o disposto no Artigo 8º da Lei nº 6.537, de 15 de maio de 1974, e em observância aos índices percentuais e datas de vigência contidos nos Artigos 1º e 13º do Decreto-Lei Federal nº 1.348, de 24 de outubro de 1974, decreta: Artigo 1º — As tabelas de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos cargos previstos no Artigo 2º da Lei 6.537/74, e dos soldos dos integrantes da Polícia Militar do Estado, baixadas pelo Decreto nº 5.474, de 15 de maio de 1974, ficam majoradas em trinta por cento (30) de aumento a partir de 1º de março de 1975.

Parágrafo único — Dez por cento (10) da majoração de que trata este artigo, será, a título de antecipação, para a partir de 1º de dezembro de 1974.

Temos então, dois Decretos de aumento. Sendo um referente ao ano de 1974, com dez por cento (10) de aumento em março e dez por cento (10) como abono em outubro. O outro concede trinta por cento (30) de aumento a partir de março de 1975, mas antecipa dez por cento (10) a partir de 1º de dezembro de 1974.

Não temos dúvida sobre o verbo antecipar, mas sobre o que o Governo pretendia com a antecipação. O Governo estava pagando com prazo anterior dez por cento (10) de aumento, consciente de que a situação dos servidores públicos era difícil e sua posição de Governo injusta. Ainda que fosse alquimia legal, talvez curvado aos dados da Fundação Getúlio Vargas sobre a inflação e o custo de vida, dava a distribuição de vinte por cento (20) nominais no ano de 1974. E vejamos bem: de março a setembro, portanto sete meses, com dez por cento (10); de outubro a novembro, portanto dois meses, com vinte por cento (20), incluindo o abono de dez por cento (10); de dezembro, portanto um mês, com trinta por cento (30) e essa distribuição dá matéria para calculistas e alquimistas discutirem muito tempo.

Ainda assim, às vésperas das eleições, com esse raciocínio tortuoso de percentuais avançantes e retraentes, houve quem, pensasse que o Governo Estadual Arenista enfim mudava sua atitude e iria mudar sua filosofia, pelo menos no que diz respeito ao funcionalismo. Todavia, passadas as eleições que deram uma consagrada vitória à Oposição em todo o País, já nos últimos rescaldos do repúdio popular o Governo do Estado, a 19 de fevereiro de 75, baixou o Decreto 6.532, que diz em s/ artigo 1º — "As tabelas de vencimentos decorrentes do Decreto 6.107 de 1º de novembro de 1974, são a partir de 1º de março de 75 as contidas nos anexos integrantes deste decreto, nas quais já está incorporado o abono provisório de que trata o Art. 30, da Lei n.º 6.537

Entretanto, os anexos revelavam o que significava "incorporar o abono". Queria dizer nada Mais, nada menos do que capar o abono. O Governo concedeu apenas dez por cento (10) de efetivo aumento ao funcionalismo público durante nove meses que vão de março a dezembro, embora de outubro em diante até o Decreto 6.532, tenha dado um abono que depois retirou. Depois de nove meses de gestação difícil pariu um rato.

Tudo isso quando a inflação era reconhecida no índice de trinta e cinco por cento (35) durante aquele ano, conforme os estudos da Fundação Getúlio Vargas, os quais, acredito, são sempre manipulados a menor do que a realidade nos mostra. Nós que não comemos ferro, aço, cimento e outros itens custamos a aceitar esses dados. E assim, o servidor público estadual foi empurrado para traz em termos de poder aquisitivo e bem estar. Há uma expressão popular que define com propriedade o que fez o Governo com o funcionalismo, trampa, uma trampa. Uma armadilha com má fé.

Ficou sendo esclarecedora a atitude do Governo a respeito



do servidor público. Subverteu a expressão popular que diz: não deve saber a mão direita o que faz a esquerda.

E aí o que o brocado popular quer dizer é que de alma limpa e coração aberto não se alegue nem compense o bem que é feito. O Governo Estadual, ao contrário, retirou com a outra mão o pouco que concedeu com a primeira.

Porém, esses artificios maldosos de que se valeu o Governo do Estado não foram aceitos nem assimilados por todos, a partir do exemplo dado pela administração estadual.

Em anexos, o Decreto 6.532, apresenta uma tabela de vencimentos que dá à Magistratura, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas um aumento de trinta e oito por cento, efetivo (38), enquanto nos cargos de quadro isolado de provimento efetivo do Poder Judiciário, nos cargos da parte suplementar do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, esses percentuais chegavam apenas a trinta por cento (30): Os servidores do Executivo e do Legislativo também ficaram com apenas 30 %.

Difícil de entender, mais difícil de aceitar. Não se trata como se comprova pelos antecedentes do problema e sua evolução. de um equívoco, uma lamentável confusão seja nos grupos de estudos dos recursos humanos seja no Centro Eletrônico de Processamento de Dados. Os erros têm outra origem a remota de que já falamos e a presente que conhecemos.

E então surgiu nesse emaranhado mais uma questão. Uma decisão coerente, pensada, do Tribunal de Justiça. Em sua reunião do dia 28 de fevereiro do ano corrente, o Egrégio Tribunal Pleno acordou determinar pagamento à Magistratura Estadual com os aumentos contidos nas tabelas do Decreto Estadual 6.536, de 20 de fevereiro de 75, e o abono provisório concedido pela Lei Estadual 6.537 de 15 de maio de 1974, "abono este definitivamente incorporado aos vencimentos da Magistratura, por força do Acórdão nº 13/74, de 4 de outubro de 1974.

Não há como duvidar do bom senso e da coerência de pensamento daquele Poder Judiciário. Acostumado a lidar com as intrincadas questões legais, com os meandros dos pensamentos sutis de que valem-se os disputantes do Direito, acostumado e prevenido contra a má fé, os ilustres Desembargadores tomaram a atitude que deveriam tomar e o resultado aí está. Certo, evidentemente justo.

Resta agora, ao Governo do Estado que, 1º)-

Deu um aumento atrasado e mistificador ao funcionalismo durante o ano de 74, - 2º) - que deu um abono provisório que mais tarde capou aos vencimentos dos servidores, - 3º) que deu uma tabela diferente, em seus memoráveis anexos, com percentuais maiores para alguns e menores para outros. Resta agora que o Governo reconheça a injustiça que praticou, a ofensa que fez ao funcionalismo, o desrespeito com que tratou toda uma classe laboriosa e peça essencial ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, e repare imediatamente seus atos.

É esta uma exigência que não é de um Deputado, nem de um Partido. É um imperativo do Poder Legislativo e de seus dignos componentes.

Deixo aberta a oportunidade para que a Comissão Executiva apresente, sem retardamento, Projeto de Resolução, equiparando as vantagens atribuídas nos últimos decretos governamentais à Magistratura.

Acredito que os percentuais de diferença, agora aumentados a todos os servidores públicos, serão recebidos como compensação aos erros que o Governo do Estado praticou".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do DIA, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/73,

de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Castro Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque segundo me consta, não há na Casa número suficiente para a votação da matéria.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) Sr. Presidente, pergunto, a V. Exa. se haveria inconveniente de que um funcionário deste Plenário, pudesse, nos diferentes pavimentos do anexo, avisar os Srs. Deputados, que porventura se encontram na Casa, que estamos a proceder uma chamada nominal para constatação de quorum. Se V. Exa. permitisse que um funcionário deste Plenário pudesse avisar nos corredores daquele pavimento ao lado, para que assim, pudéssemos ter a presença de todos aqui para a votação da matéria, que é relevante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere o pedido do Deputado Ivo Thomazoni, e suspende a Sessão por cinco minutos, para que um funcionário da Casa, proceda a chamada dos Srs. Deputados.

- (É suspensa a Sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a Sessão.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados. - (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa assinala a presença de 34 Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, dada a argumentação feita pelo eminente Líder Ivo Thomazoni, alegando a falta de serviço de som na Casa, quando o Sr. Presidente suspendia a Sessão por 5 minutos, em função da chamada nominal, consulto a Presidência se, ontem, quando da chamada nominal, os Srs. Deputados foram avisados. Caso contrário, se a Presidência abonará as faltas da Sessão de ontem, quando da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência responde ao Sr. Deputado que ontem, os Srs. Deputados não foram chamados. E a Mesa não tem autoridade para, sozinha, suspender a Sessão por cinco minutos, sem que haja Requerimento, mesmo oral. E também não tem a Mesa autoridade para abonar a falta dos Srs. Deputados na Sessão de ontem, porque a Ata já foi aprovada. E a Mesa, por mais liberal que seja, não tem autoridade para abonar as faltas de ontem.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, o Deputado pode ter um determinado número de faltas abonadas.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que o Deputado pode ter 7 faltas por mês, porque no Projeto de Resolução que existe em tramitação na Casa, para diminuir o número de faltas que poderão ser abonadas, de 7 para 4, ainda não foi aprovado.

De forma que não haverá nenhum prejuízo para os Srs. Deputados pela falta de ontem. Mas, que isto sirva para que todos estejamos atentos no momento da votação.

Em votação.

Votação em 2ª DISCUSSÃO o Projeto de Lei nº 134/73, - Aprovado artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que isenta da Contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, Servidores Públicos Inativos, Civis, Militares e Autarquicos. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F., - Aprovado artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/73 de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e me-

lhoría, o trecho de estrada da PR-25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 75/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 250/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kalorê, e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícias locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA** - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução nº 24/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 50/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado à aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. - **EM REGIME DE URGÊNCIA** - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 299/71, de autoria do Deputado Ivo Losso, que declara de Utilidade Pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida do bairro Santa Felicidade, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA** - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO ÚNICA** - de Requerimento do Deputado Fuad Nacli, solicitando licença de 30 (trinta) dias, para tratamento de saúde. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações à Companhia de Teatro Roberto Menghini. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente, pleiteando a Delegacia do Paraná da Fundação IBGE, para funcionário aqui profissionalmente radicado. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, visando a permanente conservação da estrada estadual que liga Figueira - Curiuva. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como aos Srs. Secretário de Agricultura e Superintendente do IBDF no Paraná, objetivando a breve criação do Parque e Reserva Biológica da Ilha do Mel. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de serem tomadas providências, pela Fundepar, para que sejam efetuados reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Souza Naves e John Kennedy, na cidade de Rolândia. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser reinstalado um Posto de Serviço do IPE, na cidade de Rolândia. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações à Associa-

ção Brasileira de Imprensa, pelo transcurso de aniversário. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Waldomiro Ferreira de Freitas Filho. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração do Serviço de Telefonia, sistema em DDD, no Município de Dois Vizinhos. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria da Indústria de fios de seda Kamebo Silk do Brasil S/A, e ao Sr. Prefeito Municipal de Cornéio Procopio, pela inauguração oficial da referida indústria. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a criação de uma Escola Estadual Técnica de Comércio na cidade de Telêmaco Borba. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Superintendente do INPS no sentido de corrigir as distorções vigentes na Agência do referido Instituto, em Telêmaco Borba. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado aos Srs. Ministro de Agricultura e Secretário da Agricultura, apelo no sentido de que determinem aos órgãos competentes, visando dar justo atendimento aos cotonicultores de nosso Estado, na comercialização e preço do algodão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao DER, visando estudos para construção de ponte sobre o rio das Cinzas, entre Jaboti e Quatiguá. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Auxiliar de Senhoras da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, pela passagem do 60º aniversário de sua organização. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho, bem como a Câmara dos Vereadores do referido Município, no sentido de que seja reaberta a Escola Primária, que funcionava a mais de 10 anos, na Comunidade de Alto Gramado, em São Francisco, Município de Chopinzinho. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, bem como a Comissão permanente de Estudos de Reforma da Lei e Organização e Divisão Judiciária, no sentido de fazer-lhes um apelo para que o Município de Capitão Leônidas Marques, volte a pertencer à Comarca de Cascavel. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade da reabertura e melhoria da estrada que liga o Distrito de Altamira, Município de Palmital, à BR-277. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, consubstanciando em sugestão, sobre a regulamentação da Zooteca. Em Discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para a Sessão de amanhã, a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a criação do Ginásio Estadual do Distrito de São José do Ivaí, vinculado desde sua instalação ao estabelecimento congênere sediado na cidade de Santa Izabel do Ivaí. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, a Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 134/73, 209/73 e 234/73.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 75/73, 24/74 e de Lei nº 229/71.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10.556/74 de 16 de dezembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, ocupante do cargo de nível PL 28, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional do Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro de licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 16 de outubro de 1961 e 16 de dezembro de 1970, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1962, 1963, 1966, 1967 e 1968, contadas em dobro; e,  
II — Conceder ao acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 16 de abril de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 171/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9961/74, de 26 de novembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, nos termos do Art. 138, inciso I, combinado com o Art. 224, da lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, aposentadoria a DURVALINA DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL 21, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, fixando seus proventos de inatividade em Cr\$ 30.937,68 (Trinta mil e novecentos e trinta e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos), anuais, integrais e inclusive acréscimo trienal de vinte por cento (20%) e acréscimo quinquenal

de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 139, da já citada Lei nº 6174.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 172/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10.035/74, de 28 de novembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JULIA JULINSKI DE PAULA, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 177/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 01/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALBERTO SAVOIA ASSEF, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 178/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 26/75 de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de atividades gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário